



# **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

## **Estado de São Paulo**

### **ATA DA DÉCIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA**

Presidida pelo Vereador Benedito José do Couto;  
Secretariada pelo Vereador Luís Roberto Tavares.

Aos dois dias do mês de junho do ano dois mil e catorze realizou-se na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pelo Vereador Benedito José do Couto e Secretariada pelo Vereador Luís Roberto Tavares, a Décima Sétima Sessão Ordinária do Segundo Ano da Décima Sexta Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada nos termos da relação da matéria, datada de 29 de maio último. Às 18h30, feita a primeira chamada nominal dos Senhores Vereadores pela 1ª Secretária, nos termos do disposto no art. 109 da Resolução nº 276, de 9.11.2010 (Regimento Interno vigente) e constatando-se haver número legal para o início dos trabalhos, conforme dispõe o art. 106 da já citada Resolução, eis que se encontravam presentes os Senhores Vereadores: Doutor Ary Augusto Reis de Macedo (1), Benedito José do Couto (2), Professor Cinoê Duzo (3), Daniel Gasparini dos Santos (4), Daniela Dalben Mota (5), Dayane Amaro Costa (6), João Antônio Pires Gonçalves (7), Engenheiro Agrônomo Jorge Setoguchi (8), Laércio Rocha Pires (9), Leonardo David Zaniboni (10), Luís Roberto Tavares (11), Professor Luiz Antônio Guarnieri (12), Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira (13), Professor Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino (14), Professora Maria Helena Scudeler de Barros (15), Osvaldo Aparecido Quaglio (16) e Waldemar Marcurio Filho (17, conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas à Folha de Registro de Comparecimentos e Faltas dos Senhores Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente Ata, o Senhor Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente Sessão. Posto isto, conforme o disposto no art. 106, parágrafo único, da citada Resolução, convidou o Vereador Luiz Antônio Guarnieri para que procedesse a leitura de um salmo da Bíblia. Cumprida dita providência, o Senhor



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Presidente suspendeu a sessão às 18h32 e convidou os Vereadores para uma reunião no Gabinete da Presidência. Retomando os trabalhos às 19h10 e dando por iniciada a parte reservada ao "EXPEDIENTE", o Senhor Presidente submeteu à apreciação do plenário a ata da Décima Sexta Sessão Ordinária, realizada em 26 de maio último, a qual, depois de achada conforme e aprovada, foi devidamente assinada pelos Vereadores Benedito José do Couto e Luís Roberto Tavares, respectivamente, Presidente e 1º Secretário. Na sequência deu ciência à Casa, através de leitura, da seguinte matéria: 1. Projeto de Decreto legislativo nº 4, do Vereador Professor Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino, “concedendo o Título de Cidadão Mogimiriano ao Guarda Civil Municipal Francisco Sebastião dos Santos”; (ao exame da Comissão de Justiça e Redação). 2. Projeto de Lei Complementar nº 7, de 2014, do Prefeito Luís Gustavo Antunes Stupp, “instituído o plano municipal de saneamento básico e dando outras providências”; (ao exame das Comissões de Justiça e Redação, de Obras, serviços Públicos e Atividade Privadas e de Finanças e Orçamento). 3. Balancete da Receita e Despesa do Saae - Serviço Autônomo de Água e Esgotos relativo ao mês de março/14”; (ao exame da Comissões de Finanças e Orçamento). Ato contínuo, o Senhor Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores os seguintes **REQUERIMENTOS**, hoje endereçados à Mesa (aprovados pela Casa): nº 303, da Vereadora Dayane Amaro Costa, solicitando “da Viação Santa Cruz informações sobre os atrasos na linha que atende o bairro Santa Cruz”; nºs 317, 324 e 325, da Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira, solicitando “informações técnicas sobre transferência da Uana para o prédio da UPA Zona Norte; cópia do relatório de sindicância administrativa – Portaria 759/13; idem par a Portaria 690/13”; nº 326, do Vereador Engenheiro Agrônomo Jorge Setoguchi, solicitando “ informações sobre a mudança de sentido para mão dupla em trecho da Rua Padre Roque”; nºs 319, 320, 321 e 332, do Vereador Administrador Leonardo David Zaniboni, solicitando “que a Lifamm – Liga de Futebol amador de Mogi Mirim não agende jogos concomitantes com os jogos da Copa do Mundo”; idem para supervisão do Prefeito; que a Vigilância Sanitária atue



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

nos bairros mais afetados pela dengue e comunique suas diligências; estudos sobre a possibilidade de construir viaduto ligando a rua do Mirante e Rodovia Élzio Mariotoni”; 322, 323 e 330, do Vereador Laércio Rocha Pires, solicitando “informações sobre projeto de bailes da terceira idade no Centro Cultural; informações sobre projeto para instalar creche ao lado da quadra de esportes do parque da Imprensa; e seja oficiada a Diretoria Regional de Ensino para a construção de muro ao redor da EE “Antônio José Peres Marques”, Vila Universitária”; nºs 327 e 329, do Vereador Professor Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino, solicitando “providências para o Requerimento nº 758/13, a respeito de providências para coibir o trânsito de veículos e motocicletas entre as vielas do Bairro Residencial Floresta; e encaminhando minuta para o acréscimo de dispositivos na lei nº 4754, de 16.4.2009”; nºs 328, do Vereador Luís Roberto Tavares, “encaminhando abaixo-assinado dos moradores do Edifício Manhattan para mudança de área de carga-descarga; encaminhamento de minuta de projeto”; nº 331, do Vereador Daniel Gasparini dos Santos, solicitando “ que o Saae - Serviço Autônomo de Água e Esgotos se manifeste sobre om programa de incentivo à economia de água”. **OBSERVAÇÃO:** o Requerimento nº 318, da Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira, versando sobre “abertura de Comissão Especial de Inquérito para apurar superfaturamento de compra de materiais de limpeza pelo Executivo” foi pedido para discutir pelo Vereador João Antônio Pires Gonçalves. Em seguida, foram aprovadas as seguintes **MOÇÕES:** nº 38, do Vereador Administrador Leonardo David Zaniboni, “de pesar pelo falecimento da Senhora Maria Luíza Lucon”; nº 37, do Vereador Professor Cinoê Duzo, “de pesar, pelo falecimento do Senhor Antônio José Malvezzi”; nºs 39 e 40, do Vereador Engenheiro Agrônomo Jorge Setoguchi, “de congratulações e aplausos com a nadadora Lívia Vicensotti pela conquista no Campeonato Sudeste-Mirim, em Guaratinguetá; de pesar pelo falecimento do Sr. Antônio Liberato Quaglio”; nº 41, da Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros, “de pesar pela morte do Doutor Rogério Lauria Tucci”. Na sequência, o Senhor Presidente deu por aprovadas, conforme deliberação do



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Plenário, as seguintes **INDICAÇÕES** endereçadas ao Senhor Prefeito: nº 394, 399 e 400, do Vereador Administrador Leonardo David Zaniboni, indicando “implementação de linha de transporte coletivo eu atenda o bairro Residencial do Bosque e encaminhando sugestão para o itinerário; retirada de entulho da rua Caetano Munhoz, Parque da Imprensa; seja feita poda de árvore no Complexo Lavapés, Zerão”; nºs 395, 396, do Vereador Waldemar Marcurio Filho, indicando “recolhimento do entulho pela secretaria de Obras, Planejamento e Serviços, na rua Santa Catarina, nº 85, Santa Cruz; idem na rua Rachide Ajub Andare, Jardim Anselmo”; nºs 397 e 398, da Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira, indicando “manutenção das luminárias da Praça Lions; idem na Praça Duque de Caxias”; nºs 401 e 407, do Vereador Laércio Rocha Pires, indicando “construção de canaletas na rua Nossa Senhora Aparecida, Vila Eunice; serviços de revitalização da Praça Santo Vômero Primo, Jardim Bicentenário”; nº 402, da Vereadora Daniela Dalben Mota, indicando “estudo para implantação do programa Nutriamigos em Desenho Animado”; nºs 403 e 404, do Vereador Luiz Antônio Guarnieri, indicando “melhorias e manutenção na Escola Municipal de Educação Básica “Cleusa M. V. de Melo”, a saber, pisos quebrados, ventiladores e torneiras quebrados e rede elétrica deficitária; idem na Emeb “Dona Sinhazinha”, somadas as obras não terminadas nos banheiros, remoção de infiltrações, instalação de divisórias, troca de armários e conserto do portão de entrada”; nºs 405 e 406, do Vereador Professor Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino, indicando “limpeza e corte de mato na praça da rua Professor. Carlos Franco de Faria, CDHU; e limpeza de guias na rua Yara Leonor Costa Manso, Bairro Anselmo Lopes Bueno”; nº 408, do Vereador Engenheiro Agrônomo Jorge Setoguchi, indicando “retirada de guia irregular da rua Padre Roque, nº 1.038”. A seguir, o Senhor Presidente colocou à disposição dos Senhores Vereadores a seguinte **CORRESPONDÊNCIA**: Ofícios nºs 419 a 435, 437 a 443 e 436, 440, 444 a 447, datados de 27, 28 e 30 de maio últimos, subscritos pelo Prefeito Municipal, respondendo às proposituras dos Vereadores: Requerimentos: nº 560, do Vereador Waldemar Marcurio Filho; nº 229, do Vereador Administrador Leonardo



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

David Zaniboni; nº 14, do Vereador Professor Cinoê Duzo; 98, do Vereador Luís Roberto Tavares; nº 227, da Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira; nº 235, 268, da Vereadora Dayane Amaro Costa; nº 259, do Vereador Engenheiro Agrônomo Jorge Setoguchi. Indicações: nºs 100, 331, 325, do Vereador Administrador Leonardo David Zaniboni; nº 116, 319, 327, 330, 334, do Vereador Engenheiro Agrônomo Jorge Setoguchi; nº 282, 286, 312, do Vereador Luís Roberto Tavares; nºs 208, 288, 291, do Vereador Laércio Rocha Pires; nº 259, 300, 321, 322, do Vereador Luiz Antônio Guarnieri; nº 287, da Vereadora Dayane Amaro Costa; nº 345, do Vereador Professor Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino; nº 305, da Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira. (Arquivem-se, após dar ciência aos Vereadores interessados). Correspondência datada de 29 de maio último, subscrita pelos moradores do Parque das Laranjeiras, “solicitando que seja instaurado um processo de cassação contra o Vereador Waldemar Marcurio Filho, pelas ofensas que este desferiu àqueles moradores durante sessão de Câmara, conforme notícias de jornais eu instruem o abaixo-assinado”; (à Presidência da Câmara para as diligências necessárias). Ofício 26, datado de 7.5.14, da APM – Associação Paulista dos Municípios, “comunicando o nome do Presidente Marcos Monti”; (atualize-se a lista de autoridades e archive-se). Ofício 167, datado de 19.5.14, da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, “comunicando que solicitou a implantação de canais legislativos de TV digital”; (archive-se). Telegramas datados de 28 e 30.5.14, do Ministério da Saúde, “comunicando a liberação de verbas para a municipalidade, programa SUS Anvisa”; (arquivem-se). Não havendo mais proposituras ou quaisquer outros documentos para ser levados ao conhecimento do plenário, o Senhor Presidente, pelo parágrafo único do art. 108, facultou o uso da palavra no “Expediente”, anunciando os oradores inscritos. A primeira oradora inscrita, Vereadora Dayane Amaro Costa saudou os presentes e citou a sua reunião com a Deputada Mara Gabrilli, para quem solicitou a implantação de brinquedos e academia adaptada no zoológico da cidade. Ela foi receptiva e garantiu que protocolará emenda em busca de verbas para tal finalidade,



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

compartilhando a notícia, inclusive, em sua página social. Com relação à “Virada Cultural”, julgou interessante o evento, mas criticou a dificuldade para o cadeirante e para a pessoa com mobilidade reduzida, porque o local tem pedregulhos e falta condições satisfatórias de acessibilidade. Então, ela disse que vai solicitar que as próximas edições de eventos culturais sejam feitas em locais de melhor acessibilidade. Posto isto, encerrou a sua participação. Em seguida, Vereador Daniel Gasparini dos Santos desistiu de falar na tribuna e assumiu o Vereador Engenheiro Agrônomo Jorge Setoguchi, o qual saudou os presentes e convidou os nobres pares para prestigiarem a entrega da comenda do Conseg – Conselho de Segurança, a ser outorgada aos policiais que se destacaram na execução de seu trabalho. Em seguida, convidou também para a festa da Apae, a realizar-se no próximo domingo. O Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio desistiu de falar. Em seguida, o Vereador Professor Cinoê Duzo saudou os presentes e abordou o assunto relativo à Segurança na cidade, com manchetes de jornais reportando vários crimes, inclusive na zona rural. Assim, disse aos Comandantes da PM e da Guarda Municipal que intensificassem o policiamento na zona rural. Por outro lado, tais profissionais deveriam ser bem remunerados, para poderem ser cobrados em suas atribuições, e solicitou maior efetivo e recursos para a classe, que cuidava do patrimônio e da vida alheia. Em seguida, a Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira foi à tribuna para falar do Requerimento nº 324, que solicitou relatório da sindicância sobre o transporte público da cidade, porque ela teve acesso à documentação e viu que vários dados financeiros não fechavam. Então, foi aberta a sindicância, mas o resultado não foi divulgado e, por esta razão, ela estava solicitando cópia do relatório da sindicância. Em seguida, a Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira citou sobre o seu pedido de explicações sobre a transferência da Uana - Unidade de Atendimento Médico Não Agendadas para a UPA – Unidade de Pronto Atendimento da Zona leste, mas isso não poderia não ocorrer porque na Uana compareciam moradores de todos os bairros e, muitas vezes, não tinham como voltar para casa, porque perderam o último horário de ônibus, devido a delonga no



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

atendimento. Uma vez que o problema social foi criado, ela, Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira disse que gostaria de saber as razões sobre tal mudança, já que bem sabia que a verba Federal era um montante considerável. Em seguida, disse ter recebido carta do Deputado Federal Doutor Ubiali questionando-a sobre a verba de R\$ 500 mil, sobre o convênio para implantação de infraestrutura de área desportiva, que estava empenhado, mas o processo não recebeu a documentação completa e, nesse caso, a verba não viria para a cidade. Posto isto, encerrou sua participação. Em seguida, falou o Vereador Luís Roberto Tavares, que saudou os presentes e se referiu à audiência pública realizada na última quarta-feira, sobre o uso da verba do PAC, e agradeceu a presença dos Vereadores Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira, Waldemar Marcurio Filho, Dayane Amaro Costa Professor Cinoê Duzo, Engenheiro Agrônomo Jorge Setoguchi Professora Maria Helena Scudeler de Barros, Daniel Gasparini dos Santos, e dos assessores dos Vereador Luiz Antônio Guarnieri e Vereador Laércio Rocha Pires. Os moradores do bairro Parque das Laranjeiras estiveram presentes, juntamente com o Presidente do Saae - Serviço Autônomo de Água e Esgotos Celso Cresta e do Secretário Wilson Rogério. Então, dos 3 milhões do governo Federal, conforme sua indicação do ano passado. Foram anunciados mais R\$ 7.350 mil, relativos de verba Estadual, inclusive. Então, duas dúvidas foram levantadas na audiência pública: o aumento exorbitante do preço da água, em 13 de janeiro de 2013, pelo Prefeito Luís Gustavo Antunes Stupp, e outro momento em que Wilson Rogério explanou que a gleba 2 não seria regularizada, contradizendo o orador, Vereador Luís Roberto Tavares, porque o acordado seria que todo o bairro seria regularizado. Desta forma, solicitou aos nobres pares para uma reunião com o governo Estadual para ter a certeza da segunda matrícula, completando, assim, o que foi acordado de início. O Vereador Administrador Leonardo David Zaniboni desistiu de falar. Ato contínuo, foi à tribuna o Vereador Laércio Rocha Pires, que saudou os presentes e comunicou aos moradores do Parque das Laranjeiras e, no ano passado, quando foi anunciada uma grande verba para a cidade, mas, até agora, nada veio, ou melhor, nada



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

havia sido empregado nas obras do Parque das Laranjeiras. “Difícil isso, porque o povo desacreditava da classe política e muitos pensavam que a gente estava mentindo pra eles.” – concluiu o Vereador Laércio Rocha Pires. Em seguida, comentou que amanhã iria ao gabinete do Prefeito para agendar data com as autoridades e o pessoal do Loteamento Domenico Bianchi, que deveria explicar a negociação com a filha do Senhor Domênico, e a Promotoria Pública deveria se inteirar no assunto. Outro problema era a falta d’água nos loteamentos irregulares, cujos moradores não mereciam conviver com esse problema. Assim, foi até o Presidente do Saae para apresentar a problemática para ele, pois o cidadão não poderia arcar com o alto preço a tarifa e muito menos com a falta d’água em suas casas. Por fim, frisou que o comentário que ouvia por aí era que os antigos Prefeitos concederam regalias para alguns bairros em seus mandatos e agora isso havia acabado, gerando a grita geral. Em seguida, o Vereador Luiz Antônio Guarnieri saudou os presentes e citou sobre suas proposições de hoje, que se referiam ao pedido de melhorias e manutenção na Escola Municipal de Educação Básica “Cleusa M. V. de Melo”, a saber, pisos quebrados, ventiladores e torneiras quebrados e rede elétrica deficitária, e também na Emeb “Dona Sinhazinha”, somadas as obras não terminadas nos banheiros, remoção de infiltrações, instalação de do portão de entrada”. Prosseguindo, mencionou o ofício que recebeu do empresário Jorge Barbosa, que aguardava a tramitação de projeto na Câmara. Ao questionar o Presidente da Comissão de Justiça e Redação, Vereador Administrador Leonardo David Zaniboni, soube que a demora em colocá-lo para a deliberação plenária se dava porque estava aguardando o parecer da Cetesb. Dando sequência, citou sua opinião sobre a retirada do primeiro item da pauta: acreditava ele que as emendas eram importantes, mas que o projeto deveria ser melhor elaborado, para ampliar a discussão relativa ao pagamento das férias dos servidores. Comunicou que haveria reunião na próxima quarta-feira, com representantes do Executivo e do Sindicato dos servidores, buscando atender as argumentações dos servidores. Para finalizar, sobre a audiência pública do dia 28, disse ter estado em Brasília no último dia 8, e foi bem encaminhado pelo Deputado



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Federal Nelson Marquezelli ao Ministério das Cidades, ocasião em que soube que a verba destinada para Mogi Mirim, inicialmente 60 milhões, havia caído para 28 milhões, para 12 milhões e, finalmente, para 3 milhões, em sistema de financiamento pela Caixa Econômica Federal. “O *marketing* para noticiar a verba foi maravilhoso, mas a realidade sobre a prestação de serviço não condizia com a realidade. Sobre a minha ida a Brasília, se houvesse mais honestidade, não teria necessidade; mas apurou-se que não era nada do que o Prefeito havia noticiado, e fui até Brasília para apurar os fatos e noticiar corretamente para a população.” – justificou-se o Vereador Luiz Antônio Guarnieri, encerrando a sua participação. O Vereador Waldemar Marcurio Filho foi à tribuna para dizer que a Segurança Municipal realmente estava necessitando de melhorias, e o Comandante Paulo Machado garantiu que iria fazer policiamento ostensivo para Martim Francisco, mas não o fez, o que lhe valia um ato de repúdio. Em seguida, convidou os Vereadores para a audiência pública relativa ao Consórcio Intermunicipal de Saúde, para a qual convidou os nobres pares. Sobre a reunião do Vereador Luís Roberto Tavares, disse ter visto a real situação em que se encontra atualmente a situação dos loteamentos irregulares, e pode ver a omissão e as mentiras divulgadas pelo Poder Público. Pode saber que uma moradora disse que não se importava em pagar pelo asfalto, desde que a obra fosse feita. O Vereador Waldemar Marcurio Filho frisou que não poderia entender a falta de investimentos do Executivo nas áreas da Segurança, da Saúde e na questão dos loteamentos irregulares. Lembrou que, em outra sessão, houve um pedido para que o morador do Parque da Laranjeiras se calasse, enquanto discursava, mas, após terminar seu pronunciamento na tribuna, ele havia se reunido com o cidadão para explicar seu ponto de vista e lhe pedir desculpas. Disse o Vereador Waldemar Marcurio Filho: “Me aponte quem nunca errou; eu tive a hombridade de pedir desculpas e reconhecer que errei no trato com aquele cidadão, quando lhe chamei a atenção porque ele atrapalhava o meu discurso na tribuna da Câmara. Chamei o cidadão de lado, ouvi o seu ponto de vista e lhe pedi desculpas.” Em seguida, citou que o Secretário Wilson Rogério assegurou que, independente de serem apenas R\$ 3



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

milhões, as obras seriam feitas e o loteamento Parque das Laranjeiras seria regularizado. Dito isto, encerrou a sua participação na tribuna. Na sequência, falou a Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros que comunicou que todos os Vereadores receberam ofício subscrito pelo Presidente da empresa J. B. Assessoria Empresarial, Jorge Antônio Barbosa, que disse estar indignado com os Vereadores da Comissão de Justiça e Redação da Câmara, pela delonga ao exarar parecer ao projeto de lei nº 168, de 2013, sobre a incorporação ao perímetro urbano de área de terreno de J. B. Assessoria Empresarial e Participação. O projeto havia sido protocolado em 11.11.2013 e o Vereador Administrador Leonardo David Zaniboni disse que requereu à Cetesb um parecer. Porém, os demais membros, Vereadores Professor Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino e Dayane Amaro Costa disseram que não conheciam desse pedido de parecer à Cetesb e, ainda mais, o Vereador Professor Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino assegurou que já havia assinado algum procedimento desse processo. A Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros disse que ficou aguardando o Vereador Administrador Leonardo David Zaniboni se pronunciar na tribuna, mas ele deixou passar *in albis* o tempo que lhe estava reservado para discursar. Diante dessa atitude, a Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros pediu que este viesse à tribuna para falar sobre o caso e concluiu sua fala: “É lastimável que um homem do caráter de Jorge Barbosa tenha que vir à Casa pedir explicações. E soube-se que hoje já chegou o tal parecer da Cetesb”. O Presidente convidou o Vereador Administrador Leonardo David Zaniboni para assumir a tribuna e dar suas explicações a respeito do tema, para os Vereadores e o cidadão Jorge Antônio Barbosa. Já da tribuna, o Vereador Administrador Leonardo David Zaniboni anuiu ter recebido uma ligação do Jorge Barbosa sobre a demora em votar o projeto, e lhe foi explicada a preocupação com o meio ambiente e o despejo irregular de esgoto, já que muitos barracões seriam construídos. Ele disse que não via erro nenhum em solicitar parecer da Cetesb sobre o assunto, porque valia muito a sua preocupação. O parecer técnico demorou a chegar, e sua redação se referiu à preocupação com a atividade-fim de cada barracão. Desta



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

forma, garantiu que o parecer da Comissão de Justiça e Redação seria favorável, mas seu voto seria contrário, porque julgava correto o investimento em distritos industriais, o lugar correto para a exploração industrial e comercial, mas não concordava com a transformação de área rural em área urbana para exploração comercial, posto que havia muitos barracões para serem alugados na área urbana da cidade. “Em meia hora de carro, pode-se encontrar uns cinquenta barracões a serem alugados ou vendidos, na cidade toda.” – finalizou o Vereador Administrador Leonardo David Zaniboni. Esgotados os oradores inscritos, o Presidente da Câmara de ciência do que segue: **EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 6 (SEIS) DE 2014, “de Sessão Extraordinária”, VEREADOR BENEDITO JOSÉ DO COUTO**, Presidente da Câmara Municipal de Mogi Mirim, Estado de São Paulo etc., no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 117 da Resolução nº 276, de 09 de novembro de 2010 (vigente Regimento Interno), **DECIDE convocar SESSÃO EXTRAORDINÁRIA** da Câmara Municipal para o dia 02 de junho de 2014, segunda-feira, logo após o encerramento da 17ª Sessão Ordinária, destinada na “Ordem do Dia” à discussão e votação da seguinte matéria: **ITEM ÚNICO: “ex-vi” do disposto no § 5º do Artigo 219 do Regimento Interno: EM TURNO ÚNICO: “ex-vi” do disposto no Artigo 171, combinado como Artigo 220 , II do Regimento Interno: 1.** Projeto de Decreto Legislativo nº 03, de 2014, da Comissão de Finanças e Orçamento, APROVANDO a prestação de contas da Prefeitura Municipal de Mogi Mirim, relativamente ao exercício de 2011 (gestão Arquiteto Carlos Nelson Bueno) em consonância com o PARECER FAVORÁVEL, emitido pela Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, nos autos do processo TC-345/026/11. Ficam pois, os (as) Senhores (as) Vereadores (as), notificados (as) da Sessão Extraordinária em questão, nos termos regimentais. Dado e passado nesta cidade, na Secretaria da Câmara Municipal, em 29 de maio de 2014. **VEREADOR BENEDITO JOSÉ DO COUTO, Presidente da Câmara**”. Não havendo mais oradores inscritos, o Senhor Presidente suspendeu a Sessão às 20h14, conforme o disposto no art. 105 da Resolução nº 276/10 (Regimento Interno vigente). Decorrido o interstício regimental a



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

que se refere o citado dispositivo e depois de nova chamada nominal dos Senhores Vereadores, conforme o disposto no art. 112, § 1º, da já citada Resolução, ao fim da qual se constatou a totalidade dos membros da Casa, o Senhor Presidente deu por iniciados os trabalhos da "**ORDEM DO DIA**", submetendo à apreciação da Casa o que segue: **EM TURNO ÚNICO: “ex-vi” do disposto no § 1º, inciso I, do Artigo 171 do Regimento Interno:**

1. Projeto de Lei nº 28, de 2014, de autoria do Prefeito Municipal “autorizando o Poder Executivo a celebrar acordos, em ações individuais ou coletivas, para pagamento de indenização relativa ao dobro da remuneração das férias, nos termos dos Arts. 137 e 145 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)”, juntamente com Emendas do Vereador Jorge Setoguchi e outro, do Vereador Laércio Rocha Pires e do Vereador Leonardo David Zaniboni. Parecer conjunto das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças e Orçamento. O Presidente deu ciência do ofício datado de 2.6.2014, subscrito pelo Prefeito Luís Gustavo Antunes Stupp, solicitando “a retirada do projeto de Lei nº 28/14 da pauta da Ordem do Dia, conforme art. 163, § 2º do Regimento Interno”. (Posto a votos sem preceder discussão, pelo art. 156, VI, foi o requerimento do Senhor Prefeito foi aprovado por treze votos favoráveis e três votos contrários; retire-se da pauta e archive-se). **“ex-vi” do disposto no § 2º do Artigo 172 do Regimento Interno:**

2. Parecer nº 38/2014 da Comissão de Finanças e Orçamento ao Balancete da Receita e Despesa do Serviço Autônomo de Água e Esgotos (SAAE), referente ao mês de JANEIRO/2014. (Posto a votos, a Casa aprovou por quinze votos favoráveis e um voto contrário o Parecer da Comissão de Finanças e Orçamento, em turno único); (arquivem-se os autos). 3. Parecer nº 39/2014 da Comissão de Finanças e Orçamento ao Balancete da Receita e Despesa da Câmara Municipal de Mogi Mirim, referente ao mês de MARÇO/2014. (Posto a votos, a Casa aprovou por unanimidade o Parecer da Comissão de Finanças e Orçamento, em turno único); (arquivem-se os autos). **EM SEGUNDO TURNO: “ex-vi” do disposto no inciso I, do Artigo 172 do Regimento Interno:**

4. Projeto de Lei nº 43, de 2014, de autoria do Prefeito Municipal “dispondo sobre denominação da Escola Municipal de



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Educação Básica (EMEB) do Bairro Nova Mogi, neste município de “Professor Mário Antônio Torezan”. (Posto a votos pelo processo simbólico, a Casa aprovou, por unanimidade dos Vereadores, o Projeto de Lei nº 43, de 2014, do Senhor Prefeito, em Segundo Turno); (encaminhe-se o autógrafo ao Executivo, para fins de sanção e promulgação, nos termos regimentais do art. 190).

5. Projeto de Lei Complementar nº 3, de 2014, de autoria da Comissão de Denominação de Vias e Logradouros Públicos “acrescentando incisos ao § 3º, do Art. 5º da Lei Complementar nº 214/2002 que instituiu normas para denominação de locais públicos”. (Posto a votos pelo processo simbólico, a Casa aprovou, por unanimidade dos Vereadores, o Projeto de Lei Complementar nº 3, de 2014, da Comissão de Vias e Logradouros Públicos, em Segundo Turno); (encaminhe-se o autógrafo ao Executivo, para fins de sanção e promulgação, nos termos regimentais do art. 190).

**EM PRIMEIRO TURNO: “ex-vi” do disposto no inciso I, do Artigo 172 do Regimento Interno:** 6. Projeto de Lei nº 48, de 2014, de autoria do Vereador Luís Roberto Tavares “dispondo sobre a instalação de suporte para bicicletas em ônibus coletivos e dando outras providências. Pareceres das Comissões de Justiça e Redação; Obras, Serviços Públicos e Atividades Privadas. Foi à tribuna o autor do Projeto, Vereador Luís Roberto Tavares, o qual explicou que os ciclistas o procuraram para falar do problema que tinham com suas bicicletas – às vezes, se quebravam e eles tinham que voltar para casa de ônibus - e que necessitavam do apoio externo no transporte público para elas, dois em cada ônibus. Para tanto, solicitou o voto favorável dos nobres pares. O Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio disse que analisou a matéria e não entendeu como seria determinado se houvesse mais de três ocorrências de passageiros com bicicletas. Outro ponto a ponderar seria com relação à obrigação da empresa concessionária, que faria a melhoria em cada carro e, depois, repassaria para o usuário do ônibus-circular. Por fim, disse que no início apenas 30% das linhas seriam adaptadas, mas não se estipularam quais linhas seriam e quem iria pagar pelas adaptações. Desta forma, disse que a ideia era louvável, mas deveria haver melhor estudo, porque há vários pontos obscuros a serem desvendados, e sugeriu o adiamento da



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

matéria. Solicitou que o Presidente suspendesse a sessão para uma conversa com os Vereadores. A sessão foi suspensa às 20h30 e reaberta às 20h45. Antes, porém, o Presidente deu ciência de Requerimento nº 333/14, de autoria do Vereador Luís Roberto Tavares, na forma dos arts. 113, § 5º, II, 156, VI e 169 da Resolução nº 276, de 9 de novembro de 2010 (Regimento Interno vigente), o adiamento da discussão e votação da matéria do Projeto de Lei nº 48/14, do Vereador Luís Roberto Tavares, constante da “Ordem do Dia”, por 45 dias. (Posto a votos, a Casa aprovou por unanimidade o Requerimento nº 333 /14; aguardem-se 45 dias e insira-se o projeto na ordem do dia da próxima sessão). Finda a pauta constante da "Ordem do Dia", o Senhor Presidente passou, desde logo, à parte dos trabalhos reservada à "**EXPLICAÇÃO PESSOAL**", conforme determina os arts. 114 e 115 da Resolução 276/10 (Regimento Interno vigente). As Vereadoras Daniela Dalben Mota e Dayane Amaro Costa desistiram de falar. Assumiu a tribuna o Vereador Luís Roberto Tavares, que citou os problemas relativos do Condomínio Areião, cujos moradores também encontravam dificuldades, embora houvesse uma associação de moradores ativa e laboriosa. Disse que havia uma dívida do condomínio com o Saae - Serviço Autônomo de Água e Esgotos, e apesar de a metade dos moradores estarem em dia com os pagamentos da conta d'água, sofriam da mesma forma que os inadimplentes. A respeito da intervenção naquele Condomínio, citou que a Administração condominial havia ‘amarrado’ a dívida da água com o valor mensal do condomínio e este não tinha verba para sanar a dívida. Sobre a sua matéria inserida na pauta de hoje, o Projeto de Lei nº 48, disse que os Vereadores procuraram saber de seu projeto, mas alguns deles deixaram para questioná-lo na última hora, o que resultou em seu pedido de adiamento para após o recesso, o que lamentava. O Vereador Engenheiro Agrônomo Jorge Setoguchi desistiu de falar. Em seguida, o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio assumiu a tribuna para dizer que sem regulamentação o projeto de autoria do Vereador Luís Roberto Tavares seria derrubado pela justiça e, por isso, levantou muitas dúvidas na sessão de hoje. No tocante ao valor liberado pelo PAC, isso se referia a empréstimo, e não a fundo perdido. Concordava



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

que o Município tinha condições de suportar a dívida, mas reconheceu o suporte da Secretaria da Educação para o programa Cidade Legal e a prioridade do governo é a regularização do loteamento Parque das Laranjeiras, e que isso deveria ser levado a sério pelo Município. Abordando o assunto relativo aos problemas do Mogi Mirim Esporte Clube, o que restava era um movimento de cidadãos, para mostrar para o Presidente Rivaldo que o MMEC tratava-se de um patrimônio da cidade, e que a luta do ex-Presidente, o saudoso Wilson Fernandes de Barros, havia sido dura e não foi em vão, e os bens do clube não poderiam passar para o nome do atual Presidente. Na sua avaliação, o diálogo era a melhor saída e os cidadãos deveriam procurar o atleta Rivaldo para conversar e expor a situação, e mostrar a ele que havia outras maneiras de arrecadar dinheiro para as dívidas e que não era necessário dilapidar o patrimônio do clube. Disse ainda o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio não ter caído no conto do vigário, quando Rivaldo lançou aqueles carnês para venda, e, no fim, o atleta foi para o clube São Paulo Futebol Clube, deixando os torcedores do MMEC a ver navios. Posto isto, encerrou a sua participação na tribuna. O Vereador Professor Cinoê Duzo desistiu de falar. Em seguida, assumiu a Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira, que comentou sobre a Sessão Extraordinária que iria se realizar ainda hoje, “*e, de novo, com uma matéria em cima da hora*” – conforme suas palavras. O assunto se referia à aprovação das contas de 2011 do ex-Prefeito Carlos Nelson Bueno, que recebeu parecer favorável do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Disse ela que leu no preâmbulo os termos “as contas foram aprovadas”, mas todos os Vereadores iriam votar algo que ainda não conheciam. Para ela isso não era justo e tinha que haver uma maior preocupação nesse sentido. “Nós ganhamos para votar, mas temos que saber o que nós estamos votando. E não deve ser assim.” – reclamou a Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira. Em seguida, disse que não concordava com a retirada do projeto da pauta, e sentia pesar por ter sido retirado da pauta, porque as negociações deveriam ter sido feitas no início, e não no último dia, após 42 dias de tramitação, bem no exato momento em que o projeto seria votado pela Câmara,



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

e não o seria, por interferência do Executivo. “A gente tem que cobrar o respeito.” – disse Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira, lembrando o terrível aumento do ano passado, creditado em duas vezes, o aumento ínfimo deste ano e a possibilidade de congelamento de biênios e quinquênios. Para ela, as negociações deveriam ocorrer logo de início, e não da maneira como estava sendo conduzida pelo Executivo, porque muitas despesas ocorriam e deveria haver otimização do dinheiro público para 2.500 famílias. Em relação ao seu requerimento de hoje, um pedido da formação de Comissão de Inquérito, houve pedido de adiamento pelo Vereador João Antônio Pires Gonçalves, que iria causar delongas na apuração dos preços de material de limpeza. Por fim, solicitou o voto favorável dos Vereadores para a formação de uma Comissão de apuração daqueles preços exorbitantes. Ela, Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira disse que viu os produtos e fez pesquisa no comércio, constatando que os preços pagos pelo poder público estavam muito caros. O Vereador João Antônio Pires Gonçalves foi à tribuna e disse que iria contestar a fala da Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira, que não se informou sobre alguns fatos e acabou por dizer mentiras e bobagens na tribuna. Ela havia dito que as contas de 2011 do Prefeito Carlos Nelson Bueno haviam sido matéria de última hora, e esse era o motivo da sessão extraordinária. Porém, havia mais de 90 dias que o projeto de decreto legislativo estava à disposição na Câmara e, daqui dez dias, completaria quatro meses que o projeto estava sendo apreciado pelos munícipes, pois desde 14 de fevereiro estava tramitando na Casa. Depois disso, 60 dias foram destinados para apreciação pelo munícipe, 15 dias para emissão do parecer e lavra do competente projeto de decreto legislativo pela Comissão de Finanças e Orçamento, completando até 120 dias para votação na Câmara, esgotando-se o prazo no próximo dia 12 de junho. “Isso é matéria de última hora, Senhor Presidente? A senhora falou bobagens. Antes de vir aqui falar, tem que saber das coisas e falar a verdade, Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira.” – instruiu o Vereador João Antônio Pires Gonçalves. Prosseguindo, o Vereador João Antônio Pires Gonçalves citou que iria falar sobre



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

outra ‘bobagem’ proferida pela Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira e a respeito da propositura dela, para a qual pediu adiamento hoje – Requerimento nº 316. Ele salientou à Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira que já na semana passada iria pedir discussão dessa propositura, e só não o fez porque ela a retirou, argumentando que assim agiria porque o Vereador Luiz Antônio Guarnieri havia se ausentado da sessão. “Pare de mentir, não seja mentirosa. A senhora falou: vou pedir para retirar porque o Vereador Luiz Antônio Guarnieri não está presente na sessão.” Por fim, o Vereador João Antônio Pires Gonçalves disse que os Vereadores precisavam conhecer o assunto sobre o qual iriam falar na tribuna, para que a imprensa e a população entendessem a posição do Vereador. O Vereador Luiz Antônio Guarnieri desistiu de falar. O Vereador Administrador Leonardo David Zaniboni disse que esteve solicitando para o Presidente do Saae para que negociasse as dívidas de água dos condomínios, com parcelamento de até 200 vezes, e que ele, orador, estava buscando ajuda para os condomínios inadimplentes. Quanto à instalação dos macromedidores, eles deveriam ser retirados das entradas dos condomínios, porque iria onerar os condomínios ainda mais, e uma parcela da conta de água já estava embutida para a manutenção. Como nos condomínios o Saae não poderia entrar, então, deveria reduzir o preço da água, porque não haveria manutenção para eles. O Vereador Laércio Rocha Pires foi à tribuna para endossar o discurso do Vereador João Antônio Pires Gonçalves e pedir para o Vereador votar contrariamente ao parecer favorável da conta do Executivo consistia em um absurdo sem fim, na sua avaliação. No tocante aos condomínios, os Vereadores deveriam ir ao Ministério Público para tentar resolver o problema e que o Vereador Administrador Leonardo David Zaniboni poderia contar com ele nessa luta. O Vereador Waldemar Marcurio Filho comunicou a história de uma senhora, que dizia que devia R\$ 36 mil, mas que R\$ 27 haviam prescrito. Ela ganhava apenas salário mínimo e jamais conseguiria pagar sua conta. Em seguida, reforçou o convite para a audiência a realizar-se dia 4, às 19 horas, sobre o Consórcio Intermunicipal de Saúde. A Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros foi à tribuna para dizer que havia sido



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

voto contrário ao pedido de retirada do projeto de lei nº 28 da pauta, porque desejava a votação hoje de tal matéria. Disse que a Secretária Elisanita escreveu em sua manifestação: “Considerando que em 2014 iniciaremos o pagamento em julho, impacto de R\$ 1.541 milhão. Já ara 2015 e 2016, o valor chegará a R\$ 2.916 milhões, e será suportado pelo aumento da receita de ISSQN. Considerando, ainda, que o aumento dessas despesas não afetará a meta estabelecida pela Lei de Diretrizes Orçamentárias, possui adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a própria LDO”. Em seguida, comentou que as emendas do Vereador Engenheiro Agrônomo Jorge Setoguchi, Vereador Luiz Antônio Guarnieri se referiram a aumento de despesa e impacto financeiro e, ao mesmo tempo, via com simpatia a possibilidade de aumentar o parcelamento para 200 vezes a dívida de água dos condomínios, o que também causava impacto financeiro, conforme minuta elaborada pelos Vereador Administrador Leonardo David Zaniboni e Vereador Laércio Rocha Pires, retirando os aparelhos da frente dos condomínios. Comunicou ainda que a Comissão de Vereadores esteve em contato com o Promotor Público, Doutor Rogério Filócomo Júnior, para discutir sobre a máfia do ISSQN, que abriu a oportunidade para que acompanhassem o trabalho de apuração do desvio de R\$ 30 milhões. Os envolvidos já foram ouvidos pela sindicância do Município e também seriam ouvidos pelos Vereadores e pela Promotoria Pública. Em seguida, a Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira assumiu a tribuna como líder de bancada e explicou que bem sabia que o ato de pedir discussão de sua matéria ocasionava a inclusão na “Ordem do Dia” para votação, e que o resultado disso sempre seria o adiamento da matéria. Sobre a retirada de sua matéria, isso foi resolvido com a Chefe de Gabinete Jerusa, mas ela reconhecia que houve um erro dela mesma, Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira, em retirar a propositura na sessão passada. Sobre as contas de 2011 do Prefeito Carlos Nelson Bueno, disse que bem sabia ler, e que votaria favoravelmente à matéria, embora discordasse do procedimento de se fazer Sessão Extraordinária para tal finalidade, porque gostaria de ter tempo para estudar o assunto a



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

ser deliberado em sessão. O Presidente, de sua cadeira, lhe respondeu que a única saída para a discordância da Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira de impedir de se convocar extraordinária durante a sessão ordinária, seria que ela, Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira, apresentasse projeto para alterar o dispositivo do Regimento Interno. Como não houvesse mais oradores inscritos para falar em “Explicação Pessoal”, o Senhor Presidente determinou fosse guardado um respeitoso minuto de silêncio pelo falecimento dos Senhores MARIA LUÍZA LUCON, ANTÔNIO LIBERTO QUAGLIO, ROGÉRIO LAURIA TUCCI e ANTÔNIO JOSÉ MALVEZZI. Cumprida dita providência e nada mais havendo a ser tratado, o Senhor Presidente, Vereador Benedito José do Couto, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, encerrou os trabalhos da presente Sessão às 21h28 do que, para constar, determinou a lavratura da presente Ata, a qual, depois de achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.

RJMB de A